

Lyra critica relatório e não faz investigações sobre 'cassáveis'

■ Deputado afirma que vai descascar um 'resto de abacaxi'

RECIFE — O deputado Fernando Lyra (PSB-PE) disse que não fará novas investigações sobre os oito parlamentares incluídos no relatório final da CPI do Orçamento como ainda passíveis de cassação. Segundo Lyra, a comissão especial que preside vai-se limitar a analisar os documentos que chegaram à CPI em cima da hora e por isso não foram estudados pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE). Lyra afirmou que o trecho do relatório sobre casos pendentes é "resto de um abacaxi não descascado" — uma lembrança ao senador Jarbas Passarinho, que no início da CPI ganhou da família um abacaxi e quando o trabalho terminou disse que devolveria "o abacaxi descascado".

Na opinião de Lyra, o relató-

rio foi redigido "apressadamente" e por isso contém "erros crassos". Para o deputado, bastaria que Magalhães adiasse a entrega do relatório por 72 horas para esclarecer definitivamente a situação dos parlamentares sobre os quais não se descobriram provas concretas, mas contra quem ainda pesam suspeitas de corrupção.

Erros — "A CPI deveria ter terminado o seu trabalho. Deixar pendência em relatório é muito grave", disse Lyra, que é corregedor-geral da Câmara. "Presume-se que, com um relatório, cesse o processo de investigação e comece o processo em si. Mas, nesse caso, oito deputados ficam na expectativa, depois de 93 dias sendo investigados, sem saber para onde vão, com acusações graves ou le-

ves, mas todos indiciados. Reconheço o trabalho de Roberto Magalhães e da CPI, mas não posso deixar de criticar esse aspecto, que atinge a Mesa da Câmara, na medida em que ela terá de fazer um trabalho que não era dela. Outro erro crasso foi relacionar 11 deputados pendentes de investigações e depois inocentar três. Se eram inocentes, não deveriam estar lá."

Lyra adiantou que a comissão não fará um relatório único sobre os oito deputados. "Vamos estudar o restante da documentação da CPI, mas vamos concluir caso a caso. Mas não há como nem o que mais investigar. A comissão especial não tem o poder que tinha a CPI. O máximo que pode fazer é requisitar perícia ou analisar uma prova de última hora."